

AMÉRICA LATINA

Petro abre o jogo com Trump

Em visita à Casa Branca, presidente da Colômbia discute o combate ao narcotráfico e acena para cooperação com os EUA, em "momento de profunda tensão" entre Washington e os vizinhos de hemisfério

Um encontro inédito — e possivelmente único — marcou ontem a tentativa de uma difícil aproximação entre o presidente Donald Trump e o colega da Colômbia, Gustavo Petro. O primeiro político de esquerda a governar o país sul-americano em dois séculos de vida independente aceitou o convite para ir à Casa Branca discutir os temas cruciais da situação regional e das relações bilaterais. Em particular, os dois governantes trataram da espinhosa questão do narcotráfico. Foi em nome de combater militarmente carregamentos de cocaína enviados aos Estados Unidos da América do Sul que Trump enviou ao Mar do Caribe uma força naval que, desde setembro, bombardeou mais de 30 embarcações e causou ao menos 100 mortes — inclusive colombianos.

Petro, que em agosto entregará o poder ao sucessor a ser eleito entre maio e junho, chegou à mansão presidencial, em Washington, às 11h, e saiu depois de duas horas. No fim da tarde, em entrevista coletiva, afirmou que os dois "se deram muito bem", e enalteceu o entendimento alcançado, a despeito das diferenças políticas e ideológicas notórias. "Um pacto não se faz entre gêmeos idênticos, mas entre opONENTES que são capazes de encontrar caminhos para compartilhar o sentido de humanidade", elaborou. O presidente ganhou, como souvenir, um boné com o slogan de campanha do anfitrião — Maga, sigla para Fazer



Apoiadores do presidente assistem por telão, em Bogotá, ao encontro na Casa Branca: palavras de entendimento de parte a parte

a América Novamente Grande. Disse, porém, que havia alterado a estampa e incluído um "s", para "as Américas".

Também Trump falou sobre a reunião, no Salão Oval, durante a cerimônia que marcou o fim do "fechamento" do governo federal por ausência de verbas orçamentárias — graças a um acordo com a minoria de oposição no

Congresso. O presidente dos EUA classificou o encontro como "muito positivo" e respondeu que os dois teriam chegado a um acordo para a cooperação no combate aos cartéis de droga, mas não adiantou detalhes sobre os termos acertados com o visitante.

Em seu encontro com a imprensa, o governante colombiano referiu-se

também a um "possível" entendimento sobre o tema, embora observando que "vivemos um momento de profunda tensão" entre os EUA e a América Latina. "Conversamos sobre problemas concretos e caminhos possíveis para avançar", relatou, frisando, no entanto, que nenhum dos dois "mudou a própria maneira

de pensar" sobre diversos assuntos. Sobre o narcotráfico, Petro lembrou que "os capos dos capos" (os chefes dos cartéis) não vivem em seu país, mas em Dubai, Madri ou Miami. "O dinheiro deles não está na Colômbia, e devemos persegui-los com trabalho conjunto de inteligência, em várias partes do mundo", formulou.

Além do combate às drogas, o presidente colombiano mencionou a questão das mudanças climáticas como exemplo de um terreno no qual ele e Trump têm "visões sem dúvida muito distintas". "Algumas abordagens são mais agressivas, outras talvez sejam mais abertas à construção coletiva", ponderou, para em seguida acenar para uma cooperação mais estreita com Washington nos meses que lhe restam na Casa de Nariño. "Podemos ter pontos de vista muito diferentes, historicamente, mas compartilhamos o amor pela liberdade," pontuou Petro. "E foi esse o ponto de partida para a conversa: de que se pode fazer um pacto pela liberdade."

A agenda do encontro incluiu ainda o apoio dos EUA ao governo de Bogotá na luta contra os remanescentes de grupos armados irregulares, em especial das guerrilhas de esquerda. Assim que tomou posse, há quatro anos, Petro removeu a cúpula das Forças Armadas e enunciou uma política de "paz total". Abriu negociações e estabeleceu cessar-fogo com o Exército de Libertação Nacional (ELN), e com dissidentes que rejeitaram a desmobilização das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), principal fação armada, após meio século de combates. O processo, no entanto, esbarrou em impasses e o presidente retomou a ofensiva militar. Os guerrilheiros, de sua parte, retomaram os atentados contra o Exército e outros alvos governamentais.

Um mês sem Maduro em Caracas

Exatamente um mês depois de um comando de elite dos Estados Unidos capturar e levar para Nova York o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, para ser julgado por crimes conexos ao narcotráfico, a embaixada norte-americana em Caracas divulgou ontem um vídeo que mostra a nova titular, Laura Dogu, iniciando a missão no país ao fim de sete anos de relações diplomáticas suspensas. "O trabalho já começou", anuncia uma das legendas que acompanham a publicação.

"É um momento histórico para os dois países", afirma a representante recém-chegada. "Como disse o

secretário (de Estado, Marco) Rubio, queremos uma Venezuela amigável, estável, próspera e democrática", reforça a diplomata. Ela desembarcou na capital venezuelana no sábado e assumiu as funções na segunda-feira, como encarregada de negócios — status que define o diplomata quando assume um posto sem o título de embaixador. "Mãos à obra", convocou.

Dogu reiterou, igualmente, as etapas definidas por Rubio para a Venezuela no período de transição pós-Maduro. A oposição tem insistido na exigência de uma mudança de governo por meio de eleições. Arealão com os EUA deu uma guinada

após a operação de 3 de janeiro, que levou à captura de Maduro e da primeira-dama, Cilia Flores, que a nomenclatura oficial do país define como "primeira combatente".

No mesmo dia em que Dogu assumiu as funções, o governo venezuelano anunciou que o ex-chanceler Félix Plasencia chefiaria sua representação em Washington. A retomada das relações bilaterais dá ares formais a um processo iniciado desde as primeiras horas após a captura e a transferência do casal para a prisão nos EUA. Desde então, a vice-presidente, Delcy Rodríguez, foi empossada como interina e iniciou uma

aproximação cautelosa. Chegou a receber em palácio um emissário da CIA, a agência norte-americana de inteligência — diretamente envolvida nos ataques de 3 de janeiro.

Na semana passada, o governo interino aprovou na Assembleia Nacional uma nova versão da lei sobre hidrocarbonetos que reabre a exploração do petróleo e do gás para empresas dos EUA, em atendimento a uma demanda do presidente Donald Trump. Simultaneamente, foi concluída a libertação de mais de 800 pessoas presas por acusações de natureza política desde os grandes protestos de 2014 contra a

reeleição de Maduro, apontada pela oposição como fraudulenta e, por isso, desconsiderada por vários países — inclusive o Brasil.

Oposição

A principal líder da oposição venezuelana, María Corina Machado, aceiou com a possibilidade de reunir-se com a presidente interina "para discutir uma transição", embora Delcy Rodríguez não tenha, até aqui, colocado em pauta a ideia. "Se for necessário algum encontro para definir um cronograma, isso será feito", afirmou em entrevista por videoconferência

com a imprensa da Colômbia.

Premiada com o Nobel da Paz, no fim do ano passado, a dirigente opositora saiu do país clandestinamente para receber o prêmio, na Noruega. Desde então, prepara o retorno à Venezuela, embora não tenha adiantado uma data. María Corina reiterou a disposição de fazer escala em Bogotá, mas descartou, por ora, a ideia de reunir-se com o presidente colombiano, Gustavo Petro. Primeiro esquerdista a governar o país, ele foi o presidente sul-americano que condenou em termos mais duros a operação militar dos EUA em Caracas e a captura de Nicolás Maduro.

CASO EPSTEIN

Clintons aceitam depor no Congresso

Bill e Hillary Clinton, um dos casais mais emblemáticos da política dos Estados Unidos na virada entre os séculos 20 e 21, aceitaram prestar depoimento ao Congresso, no fim deste mês, sobre as relações que mantiveram com Jeffrey Epstein. O magnata, amigo do atual presidente, Donald Trump, e de importantes personalidades dos meios políticos e artísticos, foi condenado por exploração sexual de menores, em festas promovidas em uma ilha particular nas Ilhas Virgens norte-americanas. Em 2019, foi encontrado morto na cela.

A presença do casal Clinton no Congresso poderia livrá-los de processo por desacato ao Legislativo. O Comitê de Supervisão da Câmara dos Deputados, controlado pela maioria republicana que domina a casa, acusou o ex-presidente (1993-2001) e a



O ex-presidente e a mulher em jantar de gala na Casa Branca

Donald Trump, que, por sua vez, foi amigo de Epstein e não foi convocado a testemunhar. Trump passou meses tentando bloquear a divulgação dos documentos da investigação relacionados ao caso, que envolve bilionários, políticos, acadêmicos e celebridades. Nem o atual presidente nem os Clinton foram acusados formalmente de crimes penais relacionados às atividades de Epstein.

Votação suspensa

Nas cartas em que inicialmente se recusaram a comparecer em Washington, Bill e Hillary Clinton argumentam que as intimações eram inválidas, porque careciam de propósito legislativo claro. A maioria republicana, porém, afirmou que os vínculos dos Clinton

com Epstein, incluindo o uso que o ex-presidente fez de seu jato privado no início dos anos 2000 — antes de o magnata ser condenado por prostituição de menores —, justificam um interrogatório presencial.

Em vez disso, apresentaram declarações juramentadas por escrito nas quais descreveram o que sabiam sobre Epstein e sua parceira, Ghislaine Maxwell, que cumpre pena de 20 anos de prisão por tráfico sexual. Bill Clinton reconheceu ter utilizado aeronave do financista para realizar trabalhos humanitários relacionados à Fundação Clinton, mas afirmou que nunca visitou sua ilha privada.

Depois que concordaram em testemunhar, o Comitê de Regras decidiu, na noite de segunda-feira, suspender a votação sobre o procedimento por desacato.